



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - MEDIDAS PREVENTIVAS DIANTE DE CATÁSTROFES CLIMÁTICAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1581/11	DATA: 05/10/2011
INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 16h21min	DURAÇÃO: 01h42min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h42min	PÁGINAS: 36	QUARTOS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
--

MÁRCIO LUIZ ALVES – Major e Secretário-Adjunto da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina.
--

SUMÁRIO:

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há palavra ininteligível. Há orador não identificado em breve intervenção.
--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Srs. Deputados, senhores convidados, declaro aberta a presente reunião, haja vista que a nossa Presidenta, Deputada Perpétua Almeida, teve que se ausentar.

Foi distribuída cópia da ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada dia 28 de setembro de 2011.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, faço o pedido de dispensa de leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Atendendo ao pedido do Deputado Glauber, dispensamos a leitura da ata.

Submeto a ata à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Submeto a ata à apreciação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Expediente

Ofício enviado pelo gabinete do Deputado Jorginho Mello, informando que S.Exa. participará do 41º Torneio Internacional de Formação Profissional, na cidade de Londres, Reino Unido. Pede considerar seu afastamento no período de 4 a 8 de outubro em missão oficial.

Lembramos aos presentes a realização do nosso *Seminário Proteção Civil — Perspectivas para o Brasil*, a realizar-se nos dias 10 e 11 de novembro. As informações detalhadas estão sendo encaminhadas por *e-mail* aos Srs. Deputados.

Ordem do Dia

Esta reunião foi convocada para realização de uma audiência pública, em que vamos ouvir os seguintes convidados: Major da PM Márcio Luiz Alves, Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Defesa de Santa Catarina —Requerimento nº 11, de 2011, de autoria do Deputado Jorginho Mello; Tenente-Coronel da PM Carlos Alberto de Araújo Gomes Júnior, Comandante do 4º BPM — Requerimento nº 03, de 2011, de autoria da ilustre Deputada Luci Choinacki, que justificou ausência ao gabinete da Deputada Luci —, informando sua participação em programas de saúde pública no Estado de Santa Catarina; Secretário de Estado do Desenvolvimento



Econômico Sustentável do Estado de Santa Catarina, Dr. Paulo Bornhausen — Requerimento nº 02, de 2011, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini —, que justificou ausência e indicou como representante o Diretor de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Edison Pereira de Lima, que ligou de São Paulo, agora pela manhã, afirmando que seu voo para Brasília foi cancelado, não podendo comparecer a esta audiência.

Agradecemos ao Major Márcio, Secretário-Adjunto, a quem convido para fazer parte da Mesa. Ele será o único convidado presente a esta audiência.

Quem conhece o Major Márcio sabe da competência extraordinária deste militar na Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. Por isso, fazemos esse registro com muita alegria.

Vamos conceder a palavra ao Major Márcio, profundo conhecedor da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina e que tem sido um verdadeiro herói diante dos problemas que causaram as enchentes não só de 2008, como a de 1984 e assim por diante. Ele tem feito um trabalho extraordinário e é reconhecido como o herói que salvou muitas vidas e muitos patrimônios no Estado de Santa Catarina.

Deputado Simão.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pela ordem.

Eu gostaria de justificar a minha ausência logo em seguida devido à votação dos relatórios da reforma política.

Eu queria, antecipadamente, parabenizar o Major Márcio Luiz Alves. Tenho certeza de que depois a Comissão nos encaminhará os subsídios necessários para registrarmos com muita alegria essa audiência que vai ficar na história desta Casa.

Santa Catarina deve muito ao senhor. Sua intervenção tem sido bastante protegida. Nós também nos solidarizamos com aquele povo que tem sofrido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Antes de passar a palavra ao nosso querido amigo Major Márcio, informamos as normas para que possamos fazer um bom trabalho. Quem ganha com isso é esta Comissão e o povo brasileiro.



Se nenhum dos Deputados desejar antes fazer alguma indagação, vamos conceder ao Márcio 20 minutos para sua exposição do que tem acontecido e do que tem sido feito no Estado de Santa Catarina diante das catástrofes havidas nos últimos anos, principalmente essa última, que trouxe um transtorno muito grande.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Só para justificar, Presidente, pois também tenho uma audiência às 15 horas na Comissão de Ciência e Tecnologia. Na medida do possível, retornarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Infelizmente, nós aqui temos que chupar cana, tocar gaita e escovar os dentes ao mesmo tempo, porque é muita coisa. Saímos de uma Comissão, corremos para outra, depois para outra, temos plenário e assim por diante.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - V.Exa. sabe, mas infelizmente a Perpétua não pôde se fazer presente.

Major, esta audiência pública está sendo gravada. Temos certeza de que os ilustres Deputados sairão — nós compreendemos isso — terão acesso às gravações do grande depoimento do major, que será muito útil principalmente a Santa Catarina e ao Rio de Janeiro, que têm enfrentado essas catástrofes, assim como ao Nordeste do Brasil.

O Sr. Relator deseja fazer alguma interferência antes ou prefere ouvir o major?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu gostaria de saudar o Major Márcio. As nossas intervenções e perguntas, deixamos para um segundo momento em que o Major Márcio tiver a oportunidade de fazer a sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Como fizemos na outra audiência pública, nós inovamos, Sr. Relator, dando oportunidade de os assessores técnicos, que são pessoas muito importantes nessas audiências, poderem interferir fazendo perguntas ao expositor. Podem ter certeza de que os assessores técnicos terão oportunidade se tiverem alguma dúvida.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Vou aproveitar esta observação de V.Exa. para dizer que estamos muito próximos de disponibilizar para a Comissão a prévia do relatório do Estatuto Nacional de Proteção Civil. Coloco-me à disposição



para receber de todos os Parlamentares e de todos os membros da assessoria sugestões, pontos importantes que V.Exas. considerem que devem entrar no texto do Estatuto da Proteção.

É claro que depois de disponibilizado, todos terão um período para fazer críticas ao material. Mas, de antemão, antes desta primeira apresentação —teremos dificuldade em fazer isso, na quarta-feira, na próxima semana —, lembro que o relatório já estará disponibilizado a partir dessa semana, e vamos apresentar publicamente para a Comissão, sem ser esta semana que entra agora, na outra.

Estou à disposição para receber todas as contribuições, tanto dos Deputados quanto dos assessores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Diante disso, concedemos a palavra ao Major Márcio Luiz Alves, Secretário-Adjunto da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, que terá 20 minutos ou mais para fazer a exposição do que aconteceu e do que a defesa civil fez naquele Estado.

O SR. MÁRCIO LUIZ ALVES - Primeiramente, eu gostaria de agradecer pelo convite desta Casa para participar desta audiência pública, importante não só para Santa Catarina, mas para o Brasil.

Deputado Onofre Santo Agostini, muito obrigado; Deputado Glauber, obrigado pelo que tem feito pela defesa civil do Brasil. A presença dos nossos Deputados Celso Maldaner, Esperidião Amin e Stepan Nercessian já demonstra que defesa civil se faz quando a comunidade tem uma percepção de risco mais apurada. Coincidentemente, os Deputados presentes são de Santa Catarina e do Rio de Janeiro, os 2 Estados que mais têm sofrido com desastre no Brasil. Agradeço igualmente a presença dos nossos colegas da Defesa Civil do Estado do Pará e da Defesa Civil Nacional.

Começo falando aos senhores sobre a importância do trabalho da defesa civil ao qual, lamentavelmente, não foi dada a devida importância nos últimos anos. Apesar do grande esforço dos administradores da defesa civil do Brasil, isso tem sido feito de maneira residual. Infelizmente, não dispomos de uma cultura de prevenção a desastre que permita, por exemplo, termos orçamentos nos mais diversos Ministérios para enfrentamento de desastres; os orçamentos sempre acontecem voltados ao atendimento do cotidiano, da sua atribuição principal. No



caso da saúde, da educação, não temos na União como também não temos nos Estados. Isso demonstra que ao tema não foi dada a devida importância nos últimos anos. Porém, após os desastres que acometeram Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas e Pernambuco, isso ficou latente no cotidiano do brasileiro.

Falamos muito em fortalecer a defesa civil. É consenso entre os coordenadores estaduais e entre os operadores da defesa civil que o principal elo dessa corrente que precisamos fortalecer é o Município. É no Município que acontecem os desastres, é na porta do Prefeito que a comunidade bate porque ele está mais próximo, e é lá que precisa ter uma estrutura de defesa civil fortalecida. E falamos também que não basta só uma legislação que leve a responsabilidade para o Município. Precisamos que esses Municípios sejam dotados de recursos para que possam fazer o enfrentamento dessas situações de desastre. E o principal ponto, indiscutivelmente, é a prevenção.

Como discurso, temos usado muito bem a prevenção; como prática, lamentavelmente, isso tem ficado num segundo momento. Curiosamente, no caso de Santa Catarina, nem temos conseguido fazer a prevenção porque estamos a cada mês atendendo a um desastre. Quando acaba um, começa outro. Só para os senhores terem ideia, no mês de agosto quatro desastres acometeram 148 Municípios dos 293 que possui Santa Catarina. Isso não acontece só em Santa Catarina, mas nos outros Estados também. Portanto, qualquer legislação que tenhamos que realizar no Brasil precisamos ter um carinho especial com a unidade Município, fortalecê-lo com equipamentos. E não basta nós termos equipamentos de socorro. É importante nós termos corporações de bombeiros e corporações militares bem estruturadas para fazer o enfrentamento dos desastres. Mas, acima de tudo, nós precisamos ter defesas civis municipais bem estruturadas para fazer a prevenção, para mudar o comportamento da nossa comunidade, para fazer com que nossa comunidade pense em defesa civil ou pense que está sob a possibilidade de ocorrência de desastres, e que, dessa forma, pequenos hábitos sejam modificados para que possamos melhorar a segurança da nossa comunidade.

Nós falamos no terremoto do Japão, e a mídia tem nos apresentado rotineiramente uma rodovia que teve um abatimento de 2 metros. Em uma semana, os japoneses corrigiram o efeito desse desastre. Curiosamente, o Japão não tem



defesa civil. Eles não têm uma organização específica de defesa civil. No entanto, eles têm uma cultura de prevenção e de resposta a desastres. Todas as organizações de Estado possuem o orçamento para enfrentamento de desastres, para prevenção de desastres.

É como dizer aos senhores que o nosso Ministério do Transporte tem dotação orçamentária considerando que os desastres vão acontecer e que as rodovias serão atingidas e que ele precisa rapidamente recuperá-las, sem depender de medida provisória ou de atendimento emergencial. Isso tem que fazer parte do cotidiano.

Se os senhores observarem as diversos ocorrências de desastres no mundo, perceberão que a reação dos países, principalmente os orientais, é muito rápida. Isso é muito forte na cultura oriental, um pouco menos arraigada na cultura ocidental. Nós simplesmente nos comparamos a eles.

Também procurei saber sobre como funciona a defesa civil na Austrália.

Nós temos que ver como funciona a defesa civil no Brasil e como gostaríamos que ela funcionasse. Trago alguns exemplos.

Temos um Município em Santa Catarina que já há muito tempo falava que tinha uma defesa civil. E eu aqui não tenho problema algum em citá-lo: Município de Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí, uma área altamente vulnerável principalmente às inundações. Em 2006, nós fizemos um convênio com esse Município e repassamos a ele míseros 35 mil reais, para que pudesse comprar um computador, um veículo, um GPS e máquina fotográfica. Em contrapartida, o Prefeito se comprometeu conosco a estabelecer uma defesa civil, mínima que fosse, mas que atuaria cotidianamente na prevenção de desastres. Resultado: hoje, depois de praticamente 5 anos, nós temos ali uma defesa civil que pode servir como modelo para Santa Catarina e para o Brasil.

Temos também casos como o de Jaraguá do Sul, Município que, em 2008, sofreu severamente porque não tinha uma defesa civil adequada. No desastre deste ano, Deputado, Jaraguá do Sul atendeu sua comunidade prontamente e nos ligou e disse: *“Qual o Município que posso ajudar, porque hoje tenho condição de ajudar os companheiros que estão menos preparados”*.

É disso que precisamos. Precisamos fortalecer a esfera dos Municípios com estrutura física, sim, com conhecimento, sim, estimulando esses Municípios para



que possam reagir em casos de desastres e, acima de tudo, que possam levar à sua comunidade elementos básicos de prevenção que façam com que vidas sejam salvas e que sejam reduzidos prejuízos na sua economia e, conseqüentemente, na economia dos Estados e da União.

Senhores, em 2010, a América do Sul perdeu 56 bilhões de dólares em desastres. Considerando que o Brasil é praticamente a metade da América do Sul, nós poderíamos, numa matemática muito simplista, dizer que nós perdemos em torno de 28 bilhões de dólares com prejuízos decorrentes de desastres. Quanto investimos em prevenção? Absolutamente nada, dados esses valores. Precisamos também inverter essa razão.

Nós temos ouvido nos mais diversos Municípios e Estados brasileiros que o dinheiro demora a chegar. Essa é uma verdade, sim. Já melhorou muito, mas o Governo Federal está empenhado em fazer com que melhore mais. A Secretaria Nacional de Defesa Civil, o Ministro Fernando Bezerra tem demonstrado essa vontade, mas ainda precisamos fazer com que esses recursos não dependam de medida provisória, que haja um orçamento próprio — Ministério da Integração Nacional — voltado a desastres, prevenção, preparação, resposta e reconstrução dos efeitos dos desastres.

Que nós tenhamos, quiçá, um exemplo maravilhoso, que nós assim entendemos, o Fundo Nacional de Saúde. A transferência orçamentária se dá de fundo a fundo. Isso obrigaria que os Estados tivessem uma defesa civil organizada, com personalidade jurídica própria, com fundo estadual que pudesse recepcionar esse recurso; obrigaria os Municípios a terem uma personalidade jurídica na defesa civil; obrigaria a ter o CNPJ e obrigaria a ter um Fundo Municipal de Defesa Civil. Se isso não ocorresse não receberia recurso. Acontece que os Municípios, por não estarem preparados, não estarem preocupados, batem à porta do Governo do Estado, do Governo Federal, sempre procurando um culpado, nunca sendo proativos, só quando há o pós-desastre.

Então, nós temos de lembrar que nas fases do desastres, nós temos o antes de ele acontecer, que é o pré-impacto; nós temos o impacto, que é o desastre ocorrendo; e nós temos o pós-impacto. Essas ações demandam recursos, sim. Agora, também demandam muito boa vontade dos nossos administradores públicos.



Então, eu gostaria também de dizer aqui — conversávamos há pouco com o Dr. Cristiano — que é muito comum, quando nós profissionais da defesa civil vamos às comunidades e falamos sobre o assunto, que a primeira fala seja no sentido de que os nossos políticos são os responsáveis.

Ontem, curiosamente, participei de palestras em Santa Catarina e eu disse: ora, por que nossos políticos não têm essa percepção da importância da defesa civil? Por que nós não temos essa percepção? Os nossos políticos são frutos de nossa sociedade. Uma sociedade que não tem percepção de risco, é óbvio, terá um Prefeito, um Deputado, um Vereador sem percepção de risco. Nós precisamos mudar isso.

Então, não é culpa do nosso político, não é culpa da nossa sociedade. É uma história. Nós vivemos desastres no Brasil, conhecemos desastres a partir da Segunda Guerra Mundial. Depois disso, registramos raríssimos desastres nas nossas memórias. Para nós, catarinenses, na verdade, em 1974, houve um grande desastre no sul do Estado, em Tubarão, que vitimou 199 pessoas; em 1983 e 1984, houve desastres que no total vitimaram 59 pessoas; em 1995, houve 69 óbitos; houve alguns períodos de seca sem óbitos, mas com grandes danos econômicos para nosso Estado; em 2008, houve talvez o maior desastre da história de Santa Catarina, e nós podemos afirmar também do nosso Brasil, em que 135 pessoas morreram, mas os prejuízos econômicos permanecem na nossa sociedade — até hoje pessoas vivem em aluguel social por não terem suas casas recuperadas desde 2008.

Agora, em 7 de setembro, uma data que deveríamos estar comemorando, mais uma vez fomos acometidos por um desastre, uma inundação histórica: chegou ao Município de Rio do Sul com 13 metros e 66 centímetros acima do nível normal do rio; na cidade de Blumenau, 12 metros e 20 centímetros, colocando em risco 1 milhão de pessoas. Os Municípios afetados totalizam 3 milhões 360 mil pessoas. Ou seja, 50% do povo catarinense ficaram submetidos a uma condição de desastre. Economicamente, não foi possível ainda levantar nossos prejuízos: a nossa indústria parou; a população não conseguia chegar ao local de trabalho; a produção não conseguia ser escoada; um dos principais portos do Brasil, que escoava 4% do PIB nacional, estava interditado mais uma vez.



Então, será que tudo isso não é suficiente para que nossa percepção fique mais aguçada?

Senhores, demos um alerta com 2 dias de antecedência, e conseguimos, graças ao empenho dos nosso Prefeitos, das nossas Defesas Civas Municipais, da Defesa Civil do Estado, do Governador do Estado, evacuar boa parte da nossa população. Mesmo assim, houve três óbitos. Aqui, eu gostaria de enfatizar a natureza dos óbitos para mostrar que não foram decorrentes somente de desastre. Uma pessoa que tentou atravessar com uma embarcação tocou num fio de alta tensão, quer dizer, se expôs ao risco. Outro cidadão tentou fazer um conserto na sua casa durante a inundação, a casa ruiu, caiu sobre ele e ele morreu. E outro cidadão, por ter ingerido bebida alcoólica, foi transitar em locais alagados, caiu e morreu afogado, num altura de água de 30 centímetros.

Não tivemos nenhum outro óbito. Agora, sim, tivemos prejuízos que vamos levar um bom tempo para recuperar. Quando falamos em recuperar os danos decorrentes de desastre, é aquilo que é palpável, que está sob nossos olhos. Mas as comunidades que tiveram prejuízos, perderam seus móveis, utensílios domésticos e alimentos, vão demorar alguns anos para recuperar o que tinham.

Então, esse prejuízo não é absorvido ainda pelo Estado. Alguns desses, sim, possuem seguros; outros, não. Há uma demanda por uma legislação adequada, fazendo com que o Brasil possua um sistema nacional de defesa civil, em que os três entes da Federação tenham responsabilidades, deveres, obrigações com o povo brasileiro. Essa legislação se faz necessária; está mais do que na hora.

A nossa legislação de defesa civil, lamentavelmente — obrigo-me a fazer esse registro —, no ano passado, foi deteriorada. Houve grande confusão. A legislação, na prática, não tem efetividade. Foi um grande desserviço. Precisamos resgatar isso e não podemos de maneira alguma esperar mais 6 meses, mais 1 ano.

Deputado Glauber, estamos ansiosos — e aqui posso falar em nome de todos os Estados, porque sou Presidente do Conselho Nacional de Gestores de Defesa Civil — por uma legislação que faça com que o Brasil tenha um verdadeiro sistema de defesa civil e que não seja mais uma atividade residual de instituições que já têm sua missão muito bem estabelecida.



E aqui eu cito o caso das Polícias Militares, das casas militares, das Secretarias de Agricultura, das Secretarias de Ciência e Tecnologia, dos Corpos de Bombeiros. Essas instituições já possuem uma estrutura delineada para uma atividade muito clara, inclusive constitucionalmente. O que nós precisamos é de um delineamento jurídico, para que defesa civil seja uma instituição de governo, com deveres, responsabilidades, obrigações e, junto a tudo isso, capacidade financeira de investimentos para reduzir o risco de desastres no Brasil.

A ONU tem um projeto que o Brasil está adotando. A Secretaria Nacional de Defesa Civil já fez a tradução de todo o material. Esse material foi mandado para o escritório da ONU no Panamá, pedindo o o.k. para o português. Tivemos, na semana passada, uma reunião dos países de língua portuguesa, para que nós tenhamos a plataforma dos países de língua portuguesa de redução de riscos de desastres e a plataforma nacional de redução de riscos de desastres, que é uma dívida que nós brasileiros temos com a ONU, um tratado assinado em 2005, em Kobe, na província de Hyogo, no Japão. Então, precisamos cumprir as nossas obrigações com as Nações Unidas.

Esse projeto, Srs. Deputados, propõe a construção de cidades resilientes. E aqui podemos dizer que apenas oito cidades brasileiras aderiram à campanha mundial — pasmem, oito cidades catarinenses!

Nós precisamos tomar o Brasil com essa campanha. São parâmetros muito interessantes para a construção. Nesta semana, tivemos a notícia de que a ONU já escolheu 25 cidades no mundo para transformar em cidades modelos de resiliência. E, para a nossa felicidade, a cidade de Florianópolis foi escolhida como uma das cinco cidades na América. São 25 cidades no mundo, cinco na América, e Florianópolis foi uma das convidadas a se transformar numa cidade modelo. Já aderiu. Então, nós temos muita coisa a fazer.

Deputado Glauber, Deputado Marcelo, Deputada Perpétua, Deputado Fernando e, se não estiver equivocado, há mais um Deputado, que foram a Genebra, na Plataforma Global para a Redução de Riscos de Desastres, elementos para construir uma comunidade mais segura no Brasil frente aos desastres nós temos suficientes. Nós temos que buscar esses conhecimentos. Em Santa Catarina, nós entendemos que não precisamos inventar a roda, precisamos é fazer com que



ela comece a rodar no Brasil com as experiências vividas nos mais diversos recantos do mundo, experiências positivas em países de grande porte, em países muito pequenos, em comunidades muito pobres, em comunidades com capacidade financeira bastante significativa. Mas todas as experiências podem ser avaliadas, adaptadas à nossa cultura e colocadas em prática em prol do povo brasileiro.

Fico à disposição de todos os senhores. Espero ter contribuído para que nós possamos, por vez, ter no Brasil uma legislação que nos permita fazer de verdade o trabalho de proteção civil e não defesa civil. Defesa civil, para nós, é defender de algo, e proteção é proteger a nossa população. Apesar de alguns técnicos de defesa civil entenderem que isso pode confundir com assistencialismo, eu não concordo, porque tem proteção da criança, e o nosso caso é voltado aos desastres.

Então, que nós tenhamos o resultado o mais rápido possível, Deputado, para que isso não demore mais, para que o povo brasileiro não perca mais os seus bens, para que não haja mais perdas de vidas, como no caso do Rio de Janeiro, com o desastre da serra carioca, onde morreram centenas de pessoas. Este talvez tenha sido o maior desastre humano já ocorrido no Brasil. Nós não queremos mais passar por isso. Mas para tanto teremos que ser rápidos e construir algo que possa nos proteger.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Queremos agradecer ao Major. Major, o Deputado Glauber foi uma das vítimas da catástrofe ocorrida no Rio de Janeiro. Salvou-se por pouco, graças a Deus, e veio aqui para nos ajudar a minimizar o sofrimento do povo.

O Deputado Esperidião há pouco esteve aqui e nos fez lembrar que, no dia 11, teremos o Fórum Parlamentar de Santa Catarina — não sei se o Rio de Janeiro tem —, quando vamos apresentar uma proposta de emendas ao PPA. Claro que nós vamos apresentar específicas do Estado de Santa Catarina.

Mas quero propor, como há dois Deputados do Rio de Janeiro aqui, que o Rio de Janeiro também prepare uma emenda ao PPA. Eu já solicitei ao Secretário da Comissão que elabore essa emenda. Quem sabe apresentamos uma emenda do Rio de Janeiro e uma emenda de Santa Catarina, que são os dois Estados mais atingidos ultimamente, para incluir os recursos necessários no PPA. Eu quero fazer



essa proposta aos dois Deputados do Rio de Janeiro. Sr. Secretário, queria que o senhor elaborasse a emenda de Santa Catarina e a emenda do Rio de Janeiro. Evidentemente, o senhor vai pegar as assinaturas dos Deputados do Rio de Janeiro, e as de Santa Catarina o senhor fará chegar às minhas mãos, que eu entrego, dia 11, no fórum.

Mais uma coisa antes de conceder a palavra aos Deputados. O amigo fez várias vezes referência à Defesa Civil Municipal. O Cel. Humberto, Secretário da Defesa Civil Nacional, tem insistido muito, e na última reunião de audiência pública fez várias vezes a ponderação de que os Municípios brasileiros teriam que criar as suas Defesas Civas.

Em respeito a isso, nós demos entrada a um projeto de lei — já está circulando na Casa e por isso precisamos do apoio dos Deputados — obrigando todos os Municípios brasileiros a terem a sua Defesa Civil. Todos. Aqueles que assim não se adaptarem ficarão proibidos de fazer convênios com o Governo Federal e com os Governos Estaduais. É uma forma de forçar os Municípios a cuidarem da sua Defesa Civil. O Major Márcio fez essa referência. Graças às Defesas Civas Municipais, muita coisa foi evitada. A Defesa Civil Municipal é aquela que está ali no momento. Até que a Defesa Civil do Estado e a Defesa Civil Nacional cheguem ao local, demora, muito embora a Defesa Civil do Estado de Santa Catarina nos orgulhe pelo trabalho extraordinário que tem feito até hoje.

Deputado Glauber, quer fazer as perguntas já, ou quer permitir que os Deputados as façam? (*Pausa.*)

Deputado, V.Exa. tem alguma indagação a fazer?

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Sr. Presidente Agostini, querido amigo Glauber, Major Márcio, quero agradecer principalmente a sua presença. Eu imagino que a questão da Defesa Civil vire quase que um sacerdócio. Além do trabalho efetivo de vocês, passa a ser uma questão de idealismo muito grande. Eu sei o que é ter, muitas vezes, quase a sensação de estar pregando no deserto, porque existe — vou até usar uma palavra forte — uma mediocridade na visão e no comportamento da sociedade como um todo, das autoridades em particular, em relação a essa questão.



É impressionante a presteza com que observamos Governadores, Presidentes da República, Ministros, todos com suas capas amarelas, descendo dos helicópteros, pisando na lama, passando-nos uma sensação de que dessa vez as pessoas se sensibilizaram realmente com a tragédia, a imprensa. E imaginamos que dessa vez não tem recuo, que agora as pessoas viram o que aconteceu e as coisas vão mudar. Ironicamente, é chover no molhado, que é a pior coisa que pode acontecer nesse momento. Mas é impressionante que, se for catástrofe causada por chuvas, mal seca a terra; se for incêndio, mal é feito o rescaldo, e as coisas voltam ao marasmo total, como se nunca tivessem acontecido.

Quando vemos as condições das poucas Defesas Civas que se articulam, as dificuldades, a maneira com que são tratadas, é completamente fora de tudo o que se prega em termos de governabilidade. Na área de saúde, hoje, o tema mais importante é investir na prevenção da doença. Na área econômica, os cortes no orçamento são preventivos. Ouvimos o Ministro da Fazenda dizer que nós temos que nos precaver contra a crise internacional. Então, parece que essa prevenção não é novidade para ninguém, é do conhecimento de todos. Mas, quando chega nesse aspecto das tragédias naturais, é como se acreditasse 100% no milagre. Deus é brasileiro, mas cansa. De repente, Deus está falando: *“Eu não poso ser tão desigual. O Brasil não vai ter problema nenhum e o resto do mundo vai ter?”* Então, é lamentável que isso seja recorrente.

Quando se fala em incentivar a Defesa Civil do Município, por incrível que pareça, as pessoas não têm certeza absoluta de que é em relação só à Defesa Civil. Isso é um consenso que existe em relação à administração pública, à governabilidade. Nos Municípios é que as coisas acontecem; é ali que precisa ter reforço.

Estou fazendo algumas comparações. Por exemplo, se se fizer uma comparação da cobrança que é feita pela imprensa e pelas autoridades da ação das Defesas Civas, na hora de cobrar, se houver falha da Defesa Civil, ela é considerada normalmente a única responsável pela tragédia acontecida. Ela é cobrada como se tivesse todos os recursos do mundo, como se estivesse super bem aparelhada e, no entanto, não tivesse correspondido, como se fosse uma falha daqueles que ainda fazem parte das corporações de Defesa Civil.



Não vou longe. Alguém tinha que ir lá conferir. Angra dos Reis está ali. O Deputado Glauber e outros Deputados da Comissão estiveram lá agora. Mas é preciso conversar com os integrantes do Corpo de Bombeiros de Angra dos Reis, que, em última instância, tem uma responsabilidade muito grande em qualquer desastre que possa acontecer em Angra, e perguntar a eles como é esperar acabar o horário de um colega para que ele possa tirar a farda — a farda usada — e a passar para outro, para que possa pegar o plantão, porque não há duas fardas. Como é trabalhar nessas condições? Mas neste momento isso não é problema. Por quê? Não teve vazamento em Angra. Mas podem ter certeza de que, no primeiro problema, vai ser recorrente o mesmo discurso, a mesma conversa.

Estou falando dentro de uma visão muitas vezes pessimista porque também acredito que, junto com essas tragédias mais recentes, algumas coisas positivas estão ocorrendo, principalmente com relação à seriedade do trabalho que está sendo feito por esta Comissão, sua bandeira. Têm sido extremamente educativas e elucidativas para nós a presença às audiências públicas e a seriedade com que o Deputado Glauber está conduzindo esse relatório, aberto, conversando com as pessoas. Então, eu acredito que nós vamos...

Permitam-me também desacreditar absolutamente das vontades políticas, porque nós podemos fazer nossa parte, mas as pessoas priorizam o que querem na hora de governar. Infelizmente, nós sabemos. Eu até faço uma pergunta sobre esse nível de 13 metros. Isso é inédito? Foi inédito? Já aconteceu outras vezes? Ao longo da história acontece? Porque é claro que sabemos dessas coisas.

Quero falar só duas bobagens, que não sei se têm a ver. Mas, quando o senhor falou, me veio o aspecto do que seria defesa. O que é defesa? Por exemplo, no Havaí, impressionou-me muito quando cheguei à praia e vi a tabela de cobrança de salvamento: se o salva-vidas usar apenas os braços, 10 dólares; se usar prancha, 50 dólares; se usar *jet ski*, 650 dólares; se usar helicóptero, 2 mil dólares. É claro que o cara não vai ficar na água: *“Vai pagar ou vai morrer?”* Eles salvam, mas depois mandam a conta para o cidadão.

Por que fazem isso? Porque há o alerta de que não pode entrar no mar naquela hora. Passam a responsabilidade para o cidadão — que se afogou. Não é igual aqui, onde vemos helicópteros, no verão, socorrendo pessoa “doidona”, caindo,



sem saber nadar, e fica por isso mesmo, fica até engraçado, as pessoas riem. Isso é uma coisa.

Existe também a lei inteligente. Fui pegar carona numa moto, o motorista sem capacete, e subi. O cara virou para mim e disse: *“Você tá maluco? Cadê seus óculos?”* Eu disse: *“Você está sem capacete e está pedindo para eu usar óculos?”* Ele disse: *“Rapaz, aqui você pode andar sem capacete. É problema seu. Se você cair, vai quebrar a cabeça, vai morrer. É problema seu. Agora, os óculos são obrigatórios porque, pilotando a moto ou estando aqui, bate alguma coisa no seu olho, você pode se desequilibrar e atingir terceiros.”* É o que chamo de lei inteligente. Em alguns lugares você chega ao hospital para ser socorrido e, se não tiver usado cinto de segurança, por tudo o que acontecer no seu rosto você vai pagar no hospital público. Se tiver usado cinto de segurança, não. São leis inteligentes.

Outro exemplo. Eu estava na Indonésia há muitos anos — há muitos anos —, em Bali, que era um lugar superdeserto, numa cabana praticamente de pessoal local, bem afastada. De repente, vi todos correrem segurando telas de palha e começarem a fincar na areia, da beira do mar até onde estavam. Eram umas 200 telas. Perguntei: *“Para que isso?”* Disseram: *“Vem uma ventania muito forte.”* Perguntei: *“E o que é isso?”* Os caras construíram, de maneira artesanal, uma forma de o vento... Impressionou-me porque o vento era fortíssimo, mas não derrubava as telas, porque eles canalizaram o vento, que, quando chegava aonde estavam, chegava completamente fraco. Estou dando uma forma mais rústica do que é a informação da cultura.

Portanto, eu tenho muita — vou usar a expressão fé mesmo — fé neste relatório, no trabalho desta Comissão. Acho que vamos avançar, apesar do outro lado, que às vezes não quer acreditar. Não quer acreditar porque não se responsabiliza. Eu não vi nenhum Prefeito ser preso ainda. Nós temos o Estatuto da Cidade, que prevê prisão para Prefeito e Câmara de Vereadores, com todos os seus Vereadores que não implantaram o Estatuto da Cidade.

Se analisarmos profundamente aquela beleza que é o Estatuto da Cidade, vamos ver o quanto de preventivo tem em relação a desastres ambientais; no entanto, isso não acontece.



Mas acho que desta vez essa mobilização que está havendo, a sensibilidade das pessoas deve ir além do que tem marcado muitas vezes a presença das autoridades absolutamente demagógicas que abandonam o posto. O nosso querido Glauber, que é de Friburgo, mesmo que quisesse, não poderia virar as costas, porque é dentro da sua própria casa, da sua própria gente.

Mas quero parabenizar e dizer que essa é uma luta muito grande que o senhor tem pela frente. Conte de verdade conosco para fazer com que as pessoas percebam que aqui não se está falando em outra coisa senão a mais importante de todas, que se chama “vidas humanas”, porque até os prejuízos materiais não terão a menor importância se as vidas não forem preservadas.

Parabéns ao senhor e a toda a sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Depois eu vou conceder a palavra aos técnicos.

Quero agradecer, Stepan, a sua colocação, que tem a minha solidariedade. A mesma opinião sua é a minha. Parabéns pelo depoimento.

O SR. MÁRCIO LUIZ ALVES - Deputado, só para responder à sua pergunta, nessa cidade onde deu 13,60 metros, em 1983 nós tivemos 15 metros. E em Blumenau, que deu 12,20 metros, em 1983 deu 15,81 metros. E o histórico é de 17 metros. Em 2008, 11 metros, e agora, 12,20 metros em Blumenau. Ficamos 20 anos sem grandes problemas.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu vou aproveitar as palavras do Deputado Stepan e já entrar direto nas perguntas. Estamos numa fase final de elaboração do relatório, e tenho tido a oportunidade de vivenciar também na prática as lacunas legais numa situação ainda desastrosa, tanto porque teve o seu reconhecimento de estado de calamidade, quanto pelas consequências de medidas administrativas. E vou entrar direto naqueles pontos que poderiam ser considerados polêmicos para poder ouvir a opinião do senhor.

O primeiro ponto o senhor já me disse no encontro que tivemos em Maceió, algumas resistências ao tema proteção civil, ao contrário de defesa. Fui procurado por algumas pessoas ao final do encontro, que solicitaram que essa posição da Comissão de trabalhar o tema como proteção fosse modificada. Eu queria que o



senhor pudesse depois, na sua fala, reforçar esse conceito de proteção, até para afinar também aqui o nosso discurso.

O outro ponto que estamos introduzindo na lei é a redução de risco de desastres nas escolas, um ponto que também foi aprovado na Conferência Nacional e estamos introduzindo no texto legal.

Percentual orçamentário em prevenção. E aí temos uma dificuldade. Não podemos determinar um percentual através de um projeto de lei para o Município ou para o Estado. Teríamos que ter uma emenda à Constituição, da mesma forma que tivemos a Emenda 29, garantindo recursos, tanto do Estado quanto do Governo Federal. Essa deveria ser uma iniciativa através de uma proposta de emenda à Constituição.

O que estamos pretendendo fazer é apresentar o relatório com a proposta de projeto de lei do Estatuto e, no final desse relatório, as indicações de quais seriam as necessidades de emenda constitucional para que pudéssemos ter esse percentual.

Então, num primeiro momento — inclusive isso dói muito para nós, Sr. Presidente —, temos que tirar do texto essa obrigação, porque de antemão vamos solicitar, através de uma proposta de emenda à Constituição, que Municípios, Estados e Governo Federal invistam pelo menos 1% do seu orçamento em ações preventivas. Pode ser pouco, mas é o início de uma batalha difícil, porque à determinação de percentual há uma resistência tremenda, não só do Executivo, em nível nacional, mas também dos Estados e dos Municípios.

Tenho certeza que, do ponto de vista do Ministério da Integração Nacional, existe até a vontade de que seja mais do que isso, muito mais, mas sabemos também das dificuldades que existem no estabelecimento dos percentuais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - É uma dificuldade. Sabemos que é, mas sabemos também que trazer a discussão do percentual faz com que as pessoas se mobilizem para discutir a questão, aumentando a percepção de risco. Essa tem sido a preocupação.



Uma opinião que eu queria também do senhor refere-se a uma ideia que surgiu do Governador Eduardo Campos, em um encontro que esta Comissão fez em Pernambuco.

Normalmente, nos Municípios que são atingidos por uma tragédia, logo depois existem as denúncias relativas à utilização dos recursos públicos que foram disponibilizados. Mas, por um outro lado, existem decisões que foram tomadas em um momento de conflito. Ao mesmo tempo, não queremos passar a mão na cabeça do mal administrador, que se aproveitou daquele momento para utilizar o dinheiro público em benefício próprio. Também sabemos que o órgão de fiscalização e controle, que faz um análise posterior aos fatos, vai ter dificuldades em saber realmente o que aconteceu.

E o Governador deu a seguinte ideia: reconhecida a situação de emergência e o estado de calamidade pública, por um período, que podemos determinar aqui que seja o próprio período do reconhecimento, mas talvez seja muito — esta ainda é uma questão que temos que afinar —, que no primeiro mês os órgãos de fiscalização e controle possam acompanhar, em tempo real, as decisões que estão sendo tomadas pelos agentes públicos no que diz respeito ao desastre.

Na sala de situação de um Município de Santa Catarina onde o Prefeito está tomando decisões, teria também a companhia dos órgãos de controle — Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado —, porque esses fiscalizadores saberiam as circunstâncias em que as decisões foram tomadas e teriam mais sensibilidade também no momento de fazer as suas análises.

Eu queria saber a opinião do senhor sobre essa questão.

Uma outra coisa é a punição do administrador que dolosamente incentivar a ocupação de áreas de risco. Estamos introduzindo no texto — inclusive modificando o próprio Estatuto das Cidades — a obrigatoriedade de que o estatuto trate, no plano diretor, das áreas de risco, pois hoje não há essa determinação. Ou seja, que esteja definido também quais são as áreas de risco de desastres no plano diretor. Essa é uma inovação que estamos colocando na lei e que teve, inclusive, a contribuição do Deputado Chico Alencar, que tinha um projeto também nesse sentido.

Mas imaginamos também que aquele administrador que incentivar essa ocupação, já sabendo que ela não poderia ser feita, possa ter uma punição. Não é



uma punição àquele administrador que não teve condições de evitar, mas é àquele que incentivou.

Vou dar aqui um exemplo típico, clássico: um candidato que no período da eleição entregou material de construção para que pessoas pudessem construir em determinada área mesmo sabendo que era uma área de risco. Então, introduziríamos também no texto um ponto nesse sentido, trazendo, inclusive, para a Lei de Crimes Ambientais.

Um outro ponto da lei, sobre o qual também queria ouvir a sua opinião, é a obrigação, para novos empreendimentos imobiliários, de autorização por parte da Defesa Civil, ou que pelo menos — já que vai estar no Estatuto das Cidades, já que vai estar no plano diretor — a Defesa Civil seja previamente ouvida no momento em que novos empreendimentos fossem feitos. Assim haveria a garantia de que as áreas risco não teriam uma ocupação autorizada. Esse seria um outro ponto também incluído.

Já botei a obrigatoriedade do mapeamento de risco nos planos diretores.

Botamos também uma punição aos gestores e o prazo para confecção dos planos de contingência. E ficou a dúvida de que prazo seria esse, se trataríamos como um plano de contingência, que tem que ser elaborado e atualizado anualmente. Queria perguntar ao senhor se esse período anual, para atualização dos planos de contingência, seria razoável para que essa exigência também constasse da lei.

Há outras duas questões extremamente controvertidas. Uma é o pagamento de aluguel social. Chega o período de desastre, há um aporte inicial de recursos, depois, as Prefeituras dizem precisar de mais recursos em tais critérios. Não existe uma definição se o critério vai ser estabelecido pelo Estado ou pelo Município e quem é que vai pagar.

Então, estamos também estabelecendo na lei — queria ouvir sua opinião sobre esse assunto — a obrigação de pagamento do aluguel social por parte dos três entes: União, Estado e Município. Mas gostaríamos que o Conselho Nacional de Defesa Civil — pensamos nele inicialmente — definisse, de acordo com o cenário do desastre, determinasse os percentuais e quem vai realizar o pagamento. Senão, o que acaba acontecendo é que o Município coloca a responsabilidade no Estado, o



Estado diz que não recebeu a documentação necessária, com o cadastramento feito da forma correta, e acabamos não sabendo a quem recorrer para que esses benefícios possam ser pagos.

Eu só trouxe aqui as questões consideradas mais polêmicas.

Um último ponto, que foge um pouquinho da segurança civil, da proteção civil, da defesa, mas que também acontece com muita frequência, que eu queria dividir, diz respeito à reconstrução econômica. Liberação, a partir do Governo Federal, de recursos do BNDES. Chega na ponta, operadoras, que são os bancos privados, têm recursos do BNDES com normalmente 10 anos para pagamento, 5% ao ano de juros, mais não sei quanto tempo de carência. É um tipo de crédito que compete diretamente com a carteira e com os instrumentos dos bancos privados. Aí, o que acontece? Corpo mole. Finjo que está faltando documentação, uma recomendação expressa.

Recebi depoimentos de pessoas que trabalham nos bancos que estavam completamente... Houve quem ficou até deprimido, porque eles receberam uma orientação, que não pode ser formal, mas é nos bastidores, de que atuassem de maneira a não tratar daquele crédito.

Sabemos que isso vai dar uma briga grande, mas estamos pensando em inserir no texto um ponto estabelecendo que, se forem disponibilizados recursos subsidiados, do BNDES, com longo prazo e juros baixos, as outras carteiras, os outros créditos e produtos liberados à iniciativa privada só podem ser concedidos com expressa autorização do cliente; senão, ficam congelados até o crédito total terminar. Ou seja, o Governo Federal liberou 400 milhões para recuperação econômica de um Município. Até terminarem os 400 milhões, o banco só pode empurrar algum outro tipo de crédito e de serviço caso acabem os recursos subsidiados ou se o cliente expressamente declarar: *“Aceito, porque, pessoalmente, é melhor pagar um juro maior, com prazo menor”*.

Esses são os pontos mais polêmicos da lei.

Mas queria aqui fazer também algumas abordagens sobre o que o senhor falou, e queria que o senhor registrasse aqueles pontos considerados mais importantes, porque estamos pegando todas as atas das reuniões, estamos



pegando todos os pontos que foram considerados mais relevantes para incluirmos no texto.

Eu peguei algumas das observações que foram feitas. Primeiro, o fundo. A elaboração de um sistema em que haja, como há no SUS, no Sistema Único de Saúde, a possibilidade de liberação de recursos do Governo Federal para o Estado e para o Município.

Temos uma dificuldade, estamos sentindo uma dificuldade na elaboração do projeto de lei e na discussão que fazemos com os nossos amigos da Consultoria, que é o ferimento do pacto federativo. Em tudo o que se faz que interfere numa alçada do Município ou do Estado, existe uma preocupação, que é correta, de que poderia ser inconstitucional porque estaríamos interferindo no pacto.

Para incentivar ou obrigar um Município ou um Estado a formatar um fundo, teríamos que fazer também modificações constitucionais, a não ser que fizéssemos um fundo federal — aí seria uma lei federal — e estabelecêssemos também incentivos aos Municípios e aos Estados para que fizessem os seus fundos. Eu não posso obrigar a Prefeitura a fazer, mas eu posso dizer para a Prefeitura que se ela fizer, vai ter um determinado incentivo econômico. Essa é a ideia inicial.

Um outro ponto — também é uma polêmica — é que estamos concedendo uma força ao poder local. Estabelecemos um artigo, e estamos fazendo essa discussão, que trata da figura do Prefeito no momento do desastre. É positivo que estabeleçamos no texto que, no momento do desastre, o poder local é a autoridade máxima para tratar da questão, ou seja, salvo o não ferimento à hierarquia militar, que determinemos que o Prefeito municipal é a autoridade máxima para gerir a crise?

Pergunto isso porque uma outra dificuldade que temos é de gestão. Aconteceu um desastre, a gestão é do Município, é do Estado, é nacional? Ou até que ponto ela fica com o Município e tem um representante claro de gestão daquela crise? Pensamos em estabelecer isso na lei. Queria ouvir a sua opinião.

Um outro ponto em que queria pedir a sua opinião — desculpe-me pelo número de perguntas, mas é a oportunidade que tenho — é o reconhecimento do estado de calamidade pública e de situação de emergência. Na regra anterior, os Estados eram ouvidos, passava pelos Estados. Hoje, o Município solicita



diretamente à Secretaria Nacional de Defesa Civil o reconhecimento. Queria saber se o senhor acha que é melhor.

(Não identificado) - Nem a Secretaria Nacional gosta. Na Secretaria Nacional disseram que não é o que querem.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O problema é que a Secretaria... O Coronel Humberto disse o seguinte: *“Temos uma dificuldade em fazer uma avaliação no Município, até porque quem está mais próximo da situação é o Estado”*. Acredito que quando foi formulada a modificação, o que se imaginou foi desburocratizar, ou seja, que fosse mais rápido encaminhando direto do Município para a Secretaria Nacional, mas houve um efeito colateral diferente.

A SRA. DEPUTADA LUCI CHOINACKI - Houve outros problemas. Houve problemas de não encaminhamento, muitas vezes, do Estado para a Secretaria Nacional. Tivemos problemas, houve muitas reclamações desse tipo.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Neste caso específico, porque haveria uma avaliação prévia do Estado antes de encaminhar à Secretaria Nacional. A opinião que queria é exatamente esta, porque ainda não temos uma convicção formada: vale a pena manter o sistema atual em que se encaminha diretamente à Secretaria Nacional, ou vale a pena uma modificação no sentido de que a Secretaria Estadual ou o órgão estadual de Defesa Civil faça esse reconhecimento prévio antes de ser encaminhado ao reconhecimento da Secretaria Nacional?

Terminando: carreira de agente de defesa civil. Estamos tendo dificuldade em colocar no texto a carreira, porque essa seria uma iniciativa do Poder Executivo federal. A discussão que se faz é que quando se cria a carreira, consequentemente, está-se criando o cargo. Criando cargo, essa seria uma prerrogativa do Executivo. Estamos pensando em fazer uma indicação ao Executivo de criação da carreira.

Para terminar — agora é a última, juro —, defesa civil obrigatória. Esta foi uma ideia trazida pelo Ministro Fernando Bezerra: que pudesse haver uma alteração constitucional e que a pessoa pudesse optar entre o serviço militar obrigatório e a prestação de serviço de defesa civil obrigatória. Queria também ter oportunidade de ouvi-lo. Estou aqui com as anotações.

A SRA. DEPUTADA LUCI CHOINACKI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não, Deputada.



A SRA. DEPUTADA LUCI CHOINACKI - Aqui nesta Casa fazemos 50 coisas em 1 minuto. Estava aprovando um requerimento e agora tenho que ir a outra Comissão defender um projeto. E faço questão de estar aqui para saudar o Major Márcio por ter aceitado o convite e estar aqui trazendo sua experiência. Com certeza, ele nos traz uma grande contribuição.

Santa Catarina é um Estado que está vivendo uma experiência importante. Neste momento, há um diálogo entre o Governo do Estado e o Governo Federal, porque há coisas em que existe sintonia para serem resolvidas. O problema é quando não há sintonia e os Municípios ficam com problemas: um é atendido, outro não é atendido.

Quando as relações institucionais são positivas, muita coisa é resolvida com mais facilidade, tanto que houve um acordo importante em Santa Catarina neste momento. As 11 Prefeituras que decretaram calamidade pública vão receber direto para o Município, o restante vai para o Governo do Estado, com a compreensão de ajuda. O Governo Federal está acompanhando a aplicação do recurso junto com o Governo do Estado e os Municípios. Vai haver essa experiência. Esperamos que o resultado seja positivo.

Por isso, quero saudar esse trabalho que está sendo feito.

Quanto ao Relatório que o nosso Deputado está-se esforçando para fazer, há coisas que passam pelo Governo Federal que não cabem à Comissão, que pode mesmo é fazer indicação.

O Ministro Fernando Bezerra está fazendo, para mim, um papel extraordinário. Ele compreendeu a mensagem da Presidente da República no sentido de tratar essa questão como estratégica para o País. Não é só irmos lá na hora do acontecimento, do evento, mas como evitar o risco, minimizar os problemas. E em Santa Catarina nós já vivemos um pouco isso. Não tudo o que queríamos, mas houve diminuição.

Não sei se o major tem esse dado, mas é importante. Por exemplo, em Gaspar, o Prefeito me fez um relato de um outro acidente que houve e que eles fizeram a recuperação de vários lugares e o assentamento de famílias em lugares seguros. Então, houve menos prejuízos, tanto humano e social, como econômico.



Deve haver esse cuidado. Esta é uma exigência: se houver necessidade de remover famílias e se for fazer um reassentamento, este terá que ser num lugar seguro; não adianta tirar de um lugar e colocar num outro em que pode vir uma enchente ou qualquer outra coisa e haver um outro problema.

Estamos vivendo experiências que, a partir de todo esse debate que está sendo feito, na prática, começam a ser aplicadas. Isso é muito importante.

Alguns dados mostram o diferencial de tratamento que está sendo dado. Antes a questão era tratada sem uma estratégia política. Quando há estratégia, movimento de vários setores da sociedade civil — Defesa Civil, órgãos públicos e sociedade —, vai mudando também a forma de proceder.

Senti que o avanço foi muito grande nas soluções e também no processo de evitarmos maiores problemas.

Então, vim aqui saudá-lo, major, e dizer que somos aliados. Tudo o que faz bem para o País e para o nosso Estado, Santa Catarina, terá sempre a nossa humilde contribuição, com o coração bem generoso.

Muito obrigada.

O SR. MÁRCIO LUIZ ALVES - Eu também, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Glauber Braga) - Major, o senhor quer responder às indagações do Relator ou prefere ouvir primeiro os técnicos?

O SR. MÁRCIO LUIZ ALVES - Se os senhores me permitirem, quero aproveitar e responder ao Deputado Glauber, até porque, pelas suas perguntas, eu fico bastante feliz e tranquilo no sentido de que o encaminhamento do relatório e do trabalho que os senhores estão fazendo está na direção que sempre pensamos e com a qual sonhamos.

Eu vou tentar falar de todas as questões, mas como são muitas, eu não memorizei todas. Há algumas falas suas que eu gostaria de desmistificar, por exemplo, quando o senhor falou em tirar o poder do Município sem quebrar a hierarquia militar.

Eu sou militar de carreira, tenho 27 anos de carreira, e gostaria de dizer para os senhores que a Defesa Civil não é uma instituição militar, não deve ser uma instituição militar, mas o militar, por uma questão de oportunidade num determinado



momento, de capacitação, de treinamento, acabou sendo o profissional mais adequado para desenvolver essas atividades.

Nós, militares, queremos todo mundo participando da defesa civil. Nós ficamos muito felizes quando vemos em Municípios engenheiros, arquitetos, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogos desenvolvendo a atividade de defesa civil, porque é uma atividade para todos.

Quanto à responsabilidade do Prefeito, ela tem que ser total. O coordenador, o diretor, o Secretário de Defesa Civil é o responsável pelas atividades de defesa civil. Porém, o responsável máximo por toda a atividade dentro do Município é o Prefeito; no Estado, é o Governador; e, na União, o Presidente da República.

Tanto é que, em Santa Catarina, quando vamos fazer um alerta, nunca fazemos um alerta, o chamado alerta máximo, sem ser divulgado pelo Sr. Governador, porque ele é a autoridade máxima. A responsabilidade sobre o povo catarinense é do Governador; sobre o povo do Município, do Prefeito.

Entendo que isso tem, sim, que ser colocado na legislação, até para que o Prefeito, depois, simplesmente não troque o Coordenador de Defesa Civil alegando que ele foi incompetente e se eximindo das responsabilidades. Não vou citar a cidade, mas aconteceu em Santa Catarina, nesse evento, um fato semelhante: o Prefeito simplesmente se eximiu de algumas responsabilidades, dizendo que quem errou foi o Coordenador de Defesa Civil e o exonerou. Onde estava o Prefeito, que não acompanhou um momento tão importante de sua comunidade? Entendo, sim, que o Prefeito tenha essa responsabilidade.

O tema da proteção civil. Diria para os senhores que passamos por um momento novo, importante, fundamental para o Brasil. Esse momento novo, importante, fundamental para o Brasil tem que vir com uma marca nova. Essa marca nova é a proteção civil. Se simplesmente modificarmos a legislação e mantivermos a defesa civil, vai continuar no sentimento do povo brasileiro, de nossos administradores, a defesa civil de antes e não a nova atividade de governo. Então, temos quer ser marcantes.

Como lhe falei, alguns colegas me procuraram logo após sua fala, em Maceió, e vieram com certa... Vou dizer agressividade, não no sentido... Mas uma angústia



muito grande: *“Por quê?”* Por saudosismo. Falei: *“Sempre foi assim e sempre não funcionou”*.

Quem sabe esse baque que vamos provocar não venha com uma nova marca, uma nova filosofia? Entendo que o senhor e a Comissão mantenham a ideia de trazer essa nova marca. Uma das pessoas me procurou, um colega nosso de profissão. Falei: *“Coronel, o nome não vai mudar. O que vai mudar é o como fazer.”* Isso é importante. *“Ah, mas vai ser assistencialista, vão pensar que temos que pegar mendigo na rua”*. *“Bom, isso vai depender do tom que o senhor ou a sua estrutura vai dar na sua defesa civil”*.

Vou citar um exemplo: no Rio de Janeiro, a defesa civil é exercida pelo Corpo de Bombeiros e ele faz recolhimento de cadáveres. Essa é uma característica do Rio de Janeiro. Em Santa Catarina, a Defesa Civil tem uma estrutura própria, não depende nem do Corpo de Bombeiros, nem da Polícia Militar, nem de nenhuma outra organização. No entanto, ela não opera em desastres sem a participação desses órgãos, que são fundamentais. É uma outra concepção.

O que os senhores estão propondo é algo que vejo como pertinente. Vou repetir: estou muito feliz, porque o relatório, com certeza, já tem um escopo muito inteligente. Queria dizer isso ao senhor.

Tenho a experiência de 22 anos de defesa civil. Tenho uma colega aqui de defesa civil, a Verena, que é da Secretaria Nacional de Defesa Civil, que sabe que, em defesa civil, os que têm mais experiência têm muito pouco tempo. São poucos os que, em defesa civil, por conta dessas transições, permanecem na atividade de defesa civil. Estamos em Santa Catarina há 22 anos. Então, conseguimos dar um pouco de continuidade.

Realmente, deve haver um impacto no Brasil. Temos que fazer algo que envolva todos e não somente uma atividade profissional.

Quando o senhor falou das questões financeiras, da seriedade com que são empregados os recursos, da fiscalização, em Santa Catarina, em 2008, quando chegaram os recursos, a primeira coisa que fizemos foi chamar o Ministério Público e o Tribunal de Contas para estarem conosco. Por quê? Porque havia uma insegurança muito grande — e à época eu era o chefe da Defesa Civil do Estado — por movimentarmos um valor de recursos financeiros muito alto e uma demanda de



necessidades gigantescas, muito maior do que possuíamos. O Deputado nos acompanhou, na época era Secretário de Desenvolvimento Sustentável. Então, chamamos o Tribunal de Contas.

O grande problema é que passa um tempo e aqueles que nos acompanharam hoje já não estão mais. Quando vêm nos fiscalizar, é depois de 3 anos, 5 anos. Nós estamos agora apresentando a prestação de contas de 11 anos atrás. O fiscal foi lá ao Município e disse: *“Aquele obra não está lá.”* Como não está lá? O que era a obra? Revestimento de uma área de uma estrada. Onze anos depois, ela não vai estar lá mesmo.

Então, há essa dificuldade de você receber o recurso e, quando for aplicar... Porque não é durante a aplicação dos recursos que os órgãos fiscalizadores acompanham a obra. Eles não precisam estar lá para ajudar; eles estão lá para fiscalizar mesmo. Agora, isso não pode acontecer depois de 3, 4, 5 anos, porque muita coisa mudou.

Entendo que isso seja realmente algo que mereça uma atenção, sim; que os órgãos fiscalizadores acompanhem o emprego do recurso, como fiscais mesmo. Que ele diga lá: *“Isso está o.k., pode fazer”*, mas que ele documente, não só oriente. Porque ele orienta, depois não é mais ele. Quem vem depois diz: *“Eu não o vi; ele não falou nada para mim.”* Aí, não tem nada palpável para que o administrador público possa se garantir. É uma sugestão: que haja um documento do Tribunal de Contas.

O senhor também falou sobre responsabilizar as pessoas que incentivam a ocupação. Vou fazer uma pergunta para os senhores, uma pergunta com resposta. O senhor faz um Construcard, um financiamento da Caixa Econômica, facilitado. É perguntado a quem contrai o empréstimo onde ele vai aplicar esse recurso? Não. Onde ele aplica? Em qualquer área: de risco, numa ocupação irregular, porque não está associado ao empréstimo. É Construcard, quer dizer, é para construir uma habitação, mas ele não precisa dizer onde vai construir; ele não precisa comprovar absolutamente nada. Então, nós diríamos que a Caixa Econômica também está incentivando a ocupação. E isso também é possível comprovar, apesar de toda a burocracia que é preciso para se fazer um Construcard. Eu sou um freguês assíduo da Caixa Econômica.



Nesse incentivo de ocupação, nós teríamos que responsabilizar também o administrador público pelo aumento das áreas de ocupação. Há uma omissão do poder público no controle. Falamos muito em relocação de áreas de risco. Nós não conseguimos controlar, nós queremos relocar. O que acontece com as relocações? Nós retiramos as famílias, e novas famílias ocupam. Então, é uma matemática que não tem fim.

Nós precisamos, num primeiro momento, intervir no controle da ocupação. Após o controle, nós temos que reeducar essas pessoas e prepará-las para conviver com a área de risco, porque não há governo que consiga retirar todas as famílias em áreas de risco que existem no Brasil. Não há.

Eu costumo perguntar: o que é uma área de risco? Há uma concepção de área de risco que no povo brasileiro é muito forte: enchentes e deslizamentos, a erosão marinha, os vendavais, os tornados, as inundações, alagamentos, as enxurradas, os movimentos de terra, o transporte rodoviário de produtos perigosos.

Eu vou citar um exemplo: em Santa Catarina nós temos muito poucas ferrovias, mas temos uma em especial que corta o Município de Jaraguá do Sul, um pólo industrial muito forte. Lá são transportados milhares de litros de combustível a menos de um metro de comunidades inteiras, com milhares de pessoas. Aquilo é uma área de risco? É uma área de risco.

Então, primeiro nós precisamos definir melhor o que é essa área de risco, o que nós entendemos por área de risco. Fazer um mapa de risco no Brasil é um desafio bastante grande, mas temos que começar. E, quando nós elaboramos um mapa de risco, nós começamos elencando quais as nossas ameaças e quais as nossas vulnerabilidades. Quando nós temos essa identificação, nós conseguimos, a partir daí, intervir num primeiro momento; conter o aumento dessas áreas de risco e, depois, reduzi-las. Esse exercício precisa ser feito.

Penalizar quem incentiva a ocupação, nós teremos uma dificuldade muito grande. Não será aplicado porque, hoje, com o Estatuto das Cidades, nós temos área de preservação permanente, nós temos área verde, nós temos APL, enfim, temos várias definições que diminuem a possibilidade de ocupar essas áreas e, no entanto, elas continuam sendo ocupadas. Então, essa responsabilização de quem incentivar... E o chefe do Poder Executivo que não controla, também não seria



responsável? Então, eu diria para o senhor que é preciso, sim, ser feito um estudo mais aprofundado.

O senhor falou sobre reconstrução da economia da área afetada, e eu vou procurar exemplificar como é importante essa reconstrução. Não adianta dar uma casa para o cidadão que a perdeu na enchente se eu não mantiver o emprego dele, porque amanhã ele vai vender a casa para poder comer. Então, a reconstrução da economia da área afetada é fundamental.

Aí eu gostaria de trazer um case que realizamos no início deste ano, no Município de Mirim Doce, no Alto do Vale do Itajaí, atingido por uma onda de cheia às 5 da manhã. A Prefeita foi avisada pelo Município que fica à montante que a chuva tinha sido muito forte e que uma onda de cheia poderia chegar a Mirim Doce. Ela chamou os dois policiais militares que trabalham no Município e, de porta em porta, avisaram à comunidade que iria chegar uma onda de cheia e que era para todo mundo levantar tudo e sair de casa. Ela fez isso, a onda de cheia estava prevista para chegar às 2 da manhã, não chegou, e a comunidade começou a ficar irrequieta por não acreditar mais que viesse a acontecer. Às 5 da manhã a onda chegou e apenas três casas do Município não foram atingidas.

Se o senhor chegasse no dia seguinte em Mirim Doce, com 100 reais para comprar um pão, não conseguiria, porque toda a economia do Município foi destruída; todos os mercados, padarias. E quando o nosso Governador, Dr. Raimundo Colombo, chegou ao Município, os microempresários choravam dizendo: *“Acabou conosco, não temos nem como recuperar isso”*.

Naquele momento discutimos com o Secretário Geraldo Althoff uma possibilidade, e foi decidido que o BADESC, Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, abriria uma linha de crédito — posso aqui errar de maneira muito ligeira — com 48 meses para pagamento, sendo que os 12 primeiros seriam de carência, e juros subsidiados pelo Estado. Qual era o argumento? Só daquela forma aquela comunidade poderia se reerguer, e diminuiria sensivelmente o desgaste do Estado porque, se o Município não se reerguer, quem vai pagar a conta vai ser o Estado e a União.

Então, o que o senhor apresenta como proposta é totalmente cabível, e é necessário. Isso tem acontecido agora. Não acontecia antes, apesar de nós,



técnicos da Defesa Civil, termos insistido que a reconstrução da economia é tão importante quanto a reconstrução de uma casa, de moradia.

Em 1983 e 1984 se reconstruíram muitas casas, e muitos daqueles que tiveram suas casas reconstruídas venderam para poder sobreviver, porque perderam o emprego, porque a indústria não foi reconstruída. A indústria fechou e ele perdeu o emprego. No furacão Catarina, em 2004, a Deputada Carmem era Secretária da Saúde e trabalhou fortemente conosco, o Deputado era Deputado Estadual em Santa Catarina, e nós perdemos 6.800 empregos só na Região Sul. Isso seria uma empresa, o estabelecimento de uma megaempresa no nosso Estado.

Então, essa reconstrução da economia através da garantia de emprego e da reconstrução do comércio, da indústria, das pequenas empresas é fundamental. Portanto, entendo ser esse também um caminho importante, além de não deixar que a especulação financeira seja objeto num momento tão difícil.

Eu gostaria de trazer um exemplo pessoal. Em 2008, minha irmã, que é empresária, foi atingida pelas cheias e o parque de máquinas foi totalmente destruído. Levou 30 dias para que fosse feita a avaliação, as águas baixassem, e nesse período, é óbvio, não entrou nenhum recurso para que ela pudesse restabelecer o atendimento e o pagamento dos compromissos antes assumidos. Automaticamente, ela entra em inadimplência e, automaticamente, não está credenciada a receber nenhum tipo de ajuda, nem do Governo Estadual, nem do Governo Federal, nem de nenhuma instituição bancária. Isso levou a empresa à falência total. Foram 36 empresas perdidas.

Pois bem, Deputado, temos de atentar para que a pessoa atingida por um desastre não seja considerada inadimplente, a não ser se inadimplente contumaz. A pessoa que se tornou inadimplente por conta de desastre tem de ser atendida, sob pena de nós estarmos condenando um empresário honesto, sério, que dá emprego a nosso povo.

Então, muitas dessas atividades precisam ser realmente preservadas para que sejam preservados também o emprego, a vida em sociedade, a reconstrução de famílias.

Não sei se já respondi a todas as perguntas...



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Respondeu a todas menos uma, a relativa ao plano de contingência no período de um ano, com reatualização.

O SR. MÁRCIO LUIZ ALVES - Muito bem.

Senhores, o mais difícil é construir o plano de contingência, o mais fácil é atualizá-lo. Eu diria que um ano é um prazo interessante para que ele seja auditado, para ver se está em dia, porque sua atualização tem de ser praticamente diária. É um trabalho de prevenção. Nossa comunidade cresce diariamente, as nossas áreas de cultivo crescem diariamente e, a cada dia de crescimento, precisamos de atualizações. Agora, se for preciso auditar, se esse for o termo, se o plano estiver atualizado, um ano é um bom prazo, ou talvez dois anos.

Volto a outra pergunta, quanto à declaração do Município, à homologação do Estado e ao reconhecimento da União. A Deputada Luci Choinacki — S.Exa. é de meu Estado e tenho por ela o maior respeito e carinho; temos excelentes relações — disse que houve casos em que o Município decretou e o Estado não mandou para Brasília. Quero dizer aos senhores que isso aconteceu, sim, em vários Estados, e o fator preponderante para que isso acontecesse naquela lei não foi Santa Catarina, mas Pernambuco e Alagoas, no ano de 2010, por alguns problemas.

Sempre que politizarmos o desastre, nós estaremos condenando nosso povo. Este é o maior mal do desastre: politizá-lo.

Agora, em 2011, tivemos Municípios catarinenses que decretaram, remeteram o documento para nosso Estado, nós avaliamos e não homologamos. Porque também, senhores, foi muito banalizada a decretação de situação de emergência e de calamidade pública. Ela foi vista por alguns administradores públicos como uma grande fonte de renda, como uma forma de ter acesso a recursos, o que também causa prejuízos aos cofres estaduais. Cada decretação de situação de emergência ou de calamidade pública, naturalmente, onera os cofres públicos.

Para que os senhores entendam bem, cada decretação de situação de emergência ou de calamidade pública dá direito à retirada do FGTS. Isso para nós é muito interessante, porque as pessoas fazerem uso do FGTS reativa a economia, mas há pessoas que não fazem uso dele para reconstruir sua moradia, sua condição de vida. Portanto, há que se ter muito cuidado com a banalização da decretação da situação de emergência e de calamidade pública.



A União não tem braços para atender aos mais de 5 mil Municípios. As 27 Unidades da Federação podem e devem ser braços do Governo Federal na identificação e na avaliação. Se algum Município se julgar prejudicado, a lei deve permitir que ele recorra à esfera federal. Isso deve ser um direito dele, para que não ocorra a politização dos desastres.

Agora, a homologação por parte do Estado é fundamental, primeiro, para que o Estado possa envolver recursos estaduais. Se ele não manda para o Estado, ele fica desobrigado de fazer qualquer atendimento. E o pior: o Estado não pode empregar recursos estaduais para recuperar, por exemplo, uma rodovia estadual que foi danificada ou destruída dentro do Município, porque o ato de declaração não é uma exclusividade. O principal elemento da decretação é o Município, não o Estado. O Estado é uma exceção, não é uma regra. A regra é o Município.

Então, a participação do Estado é vontade do Ministro Fernando Bezerra, é vontade do Secretário Nacional de Defesa Civil, é vontade dos Coordenadores estaduais de Defesa Civil, e tenho certeza, é vontade dos Prefeitos, senão eles vão ter de fazer a documentação duas vezes, para o Estado e para a União; vão ter que sair lá do interior de Santa Catarina e fazer chegar o documento aqui em Brasília. Por melhor que seja o nosso Correio, é muito difícil.

A nossa Secretaria conta hoje — eu não vou errar —, no máximo, com dez pessoas que fazer análises desses decretos. Em Santa Catarina, nós contamos com quatro. Então, se nós quatro temos dificuldade de avaliar 293 Municípios, avaliem os senhores como eles sofrem para atender os mais de 5 mil Município brasileiros. Então, tenho a nítida certeza do que o sistema tem de ser composto pelos três entes da Federação.

Não sei se respondi a todas as perguntas. Se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, quero fazer aqui um reconhecimento ao trabalho do Ministro Fernando Bezerra e do Secretário Nacional de Defesa Civil, Humberto Viana, porque eles têm sido incansáveis na modificação do sistema, e para melhor. Estou trazendo o reconhecimento não do Major Márcio Luiz Alves, de Santa Catarina, não do Secretário-Adjunto de Defesa Civil de Santa Catarina, mas do Presidente do Conselho dos Gestores de Defesa Civil no Brasil. Nós reconhecemos o esforço que eles têm dedicado à causa da Defesa Civil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Muito bem.

A Deputada Carmem tem alguma indagação?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - É só um registro, Deputado Onofre, V.Exa. que está presidindo os trabalhos na tarde hoje. Temos a felicidade de ter aqui o Major Márcio, que tem vasta experiência no nosso Estado com furacões, com apagão, com os episódios de desastres naturais que temos em Santa Catarina, o que acaba dando ao Estado um certo *know how*. O Deputado Glauber também passou por isso no Rio de Janeiro nesse início de ano.

Nas oportunidades em que nós, junto com o Deputado e com o Governador, estivemos no Ministério da Integração, percebemos um novo olhar para tema tão importante. Eu só gostaria de registrar, mais uma vez, a importância do exemplo que tivemos em 2008, quando os recursos por parte do Ministério da Saúde foram repassados para o Estado, fundo a fundo, e o que aquilo significou entre o final do mês de novembro e dezembro, período em que se encerra o exercício financeiro, e os Municípios efetivamente precisavam dos recursos.

O recurso de custeio, agora na modalidade do cartão, sendo disponibilizado imediatamente, fundo a fundo, ou pelo cartão, faz com que os gestores do Município, os Prefeitos e os Estados possam suprir as necessidades básicas de população com a compra de materiais emergenciais.

Então, é importante assegurarmos isso no relatório e, mais do que isso, assegurarmos que o Fundo Nacional de Defesa Civil tenha recursos disponíveis. Para isso precisamos buscar mecanismos para garantir recursos, porque nenhum Estado do País está livre de ter um episódio como esse, por mais que façamos os trabalhos de prevenção. E percebemos que, nos últimos anos, isso vem se acentuando.

Então, mais uma vez, quero parabenizar o Deputado Glauber, que é o Relator da matéria; o Deputado Onofre, que está presidindo a reunião, e o Major Márcio pela sua longa experiência, que faz com que a Defesa Civil, hoje Secretaria de Estado, efetivamente possa enfrentar essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Se algum técnico ou assessor desejar fazer alguma pergunta, nós solicitamos, por gentileza, que decline



o seu nome, o que representa e pode fazer a pergunta ao Major ou a qualquer um dos Deputados aqui presentes. Está livre a palavra aos assessores. *(Pausa.)*

Os assessores estão devidamente esclarecidos pela presteza, pela clareza, pela experiência do nosso querido Major e também pelo nosso Relator, que está preparado. Todos tenham certeza de que o nosso Relator vai vir com a bola cheia e vai apresentar realmente, pela experiência, pela vivência, pela humildade e simplicidade, um grande relatório.

A Deputada Carmem levantou um assunto: dia 11, nós, da bancada de Santa Catarina, vamos apresentar uma emenda ao PPA destinando recursos para esses desastres. Então, nós pediríamos aos representantes do Rio de Janeiro para fazerem o mesmo. Como a Deputada Carmem afirmou, nada adianta se não houver recurso. O Deputado Glauber fez também essa colocação.

E vamos fazer justiça ao Ministério, e também à Secretaria, que nos ajudaram nas audiências junto com a Deputada Carmem. O Deputado Glauber e a Deputada Perpétua também estiveram lá, assim como os Deputados e os Senadores de Santa Catarina, e graças à sensibilidade do Ministério conseguiu-se que os Municípios em estado de calamidade tivessem liberados os Fundos de Garantia, todos, sem restrição, e os Municípios em estado de emergência, até 5.400 reais. Outros benefícios foram dados aos aposentados: receberão dobrados os salários neste mês e terão um ano de carência e 36 meses para devolver, sem juros. Também o BNDES, através de uma medida provisória, liberou recursos da ordem de 300 milhões de reais especificamente para Santa Catarina para financiamento das indústrias, do comércio e da agricultura, que foram atingidos.

Nós temos dito e vou repetir, e a Deputado Luci tem levantado esse ponto de vista: as obras públicas vão ser recuperadas. Seja com dinheiro público federal, estadual ou municipal, mas vão ser recuperadas. O grande problema está na atividade privada, porque o Governo não vai dar dinheiro a um empresário, a um comerciante, a um agricultor ou para aquele que perdeu sua casa. Mas com a liberação dos 300 milhões de reais, com juros subsidiados, o Governo poderá reativar as indústrias e o setor produtivo de Santa Catarina.



Há pouco recebi um telefonema do Prefeito de Rio do Sul, um dos Municípios atingidos, ou o Município mais atingido, dizendo que eles já estão fazendo festa na próxima sexta-feira para motivar a sociedade, e já me convidaram.

Sabem o motivo da a Oktoberfest em Blumenau?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu fiquei sabendo que há uma história (*ininteligível*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - É que houve uma catástrofe no passado e, para motivar, para aumentar a autoestima do povo de Blumenau, que ficou arrasado, fizeram essa grande festa, e o povo saiu às ruas para tomar cerveja, dançar e pular, pois a autoestima do povo é fundamental. Podem ter certeza disso. E é o que está fazendo agora o Prefeito do Rio do Sul. Sexta-feira vai haver uma grande festa, com chope e alegria para motivar o povo.

Deputados Glauber Braga e Deputada Carmem, quero dizer ao Major que nós nos sentimos felizes por suas explicações; nós nos sentimos orgulhosos de sermos catarinenses e de termos o ilustre Major como Secretário-Adjunto. Quero pedir ao prezado amigo que leve o nosso fraterno abraço ao Secretário Geraldo Althoff e ao Governador do Estado com a grande certeza de que vamos reagir. O povo catarinense é forte como foi o povo do Rio de Janeiro. Nós vamos reagir a tudo e vamos tornar o querido Estado de Santa Catarina, como diz o caboclo, cada vez mais bonito.

Se o nosso querido Relator tiver ainda alguma indagação, pode fazê-la.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr.Presidente, em primeiro lugar quero agradecer ao Major Márcio. Ele contribui demais com esta Comissão, e desde o início. Agradeço a ele e a todos da equipe do Major Márcio, que muito tem contribuído. Sem a sua contribuição, Major, sem a contribuição de Santa Catarina, nós não poderíamos fazer um bom trabalho.

Quero agradecer mesmo e dizer que, nos dias 10 e 11 de novembro, vamos ter um encontro importante nesta Casa. Peço muito o auxílio do Ministério da Integração. No dia 10 e no dia 11 lançamos publicamente o relatório. Lá em Maceió nós vimos grande quantidade de pessoas e de representantes do Brasil inteiro. Eu queria, Manuel, fazer um pedido de ajuda a você e ao Paulinho — eu sei que a nossa Presidenta Perpetua é muito zelosa nesse sentido — para que nós



pudéssemos ter acesso a todas as pessoas que foram convidadas para o encontro de Maceió para que elas compareçam no dia 10 e no dia 11, porque essa é também é uma forma de sensibilizar os outros Parlamentares para a votação do Estatuto de Proteção Civil.

Hoje nós aprovamos, na parte da manhã, o Estatuto da Juventude, que tramitou durante sete anos nesta Casa até ser aprovado no plenário. O que esperamos é apresentá-lo nos dias 10 e 11 de novembro à Casa e publicamente, e queremos também, recebidas as contribuições e as solicitações de modificações, aprová-lo ainda este ano. Agora, para que tenhamos essa força dentro desta Casa, para que não fiquemos tanto tempo esperando que a lei seja aprovada, precisamos muito da força e da colaboração dos senhores.

Sr.Presidente, obrigado, e obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Agradeço a todos a presença, a todos os Deputados e aos que passaram aqui pelo menos alguns instantes. Quero agradecer também à assessoria do Ministro Fernando Bezerra e à do Coronel Humberto a presteza que tiveram com Santa Catarina nos momentos difíceis por que passamos. De modo especial, agradeço ao nosso querido Major. Peço-lhe que leve o nosso abraço ao Governador e ao Secretário pela presteza de comparecer e colaborar com o Brasil.

Antes de encerrar a presente sessão, convoco outra ordinária para o dia 19, quarta-feira, em plenário a ser definido.

Está encerrada a presente reunião.